

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Antonio Augusto/STF



Medidas tomadas por Fachin complicam Toffoli

Apuração da PF aumenta pressão no STF e Congresso

As investigações da Polícia Federal que mencionam o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, geraram pressão não apenas na corte, mas no Congresso. Na avaliação de parlamentares do governo e da oposição, não será tão simples para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), adiar indefinidamente a convocação de uma sessão do Congresso Nacional que, na prática, definiria a abertura de uma CPMI sobre o Master. No início do mês, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) protocolou pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Alcolumbre ainda não fez qualquer movimento, mas o preço de ficar sentado sobre o caso aumentou.

Na mira

Alcolumbre conta, porém, com a solidariedade de outros políticos, de diferentes partidos, sobre os quais respingam suspeitas relacionadas ao Master. O próprio presidente do Senado teve atuação importante na indicação do presidente do Amprev (fundo de previdência dos servidores do Amapá), que aplicou R\$ 400 milhões em papéis do Banco Master. Seria difícil Alcolumbre escapar ileso da CPMI.

Lula Marques/Agência Brasil



Alcolumbre procura adiar criação de CPMI

Sessão necessária

Líder da Oposição no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ) avalia que será difícil não haver convocação de sessão do Congresso — este tipo de reunião é necessário até para que o governo proponha mudanças no orçamento. A oposição também depende da sessão para tentar derubar o veto do presidente Lula ao projeto que facilita a vida dos condenados por tentativa de golpe de Estado. O regimento do Congresso facilita a criação de CPMI em relação à possibilidade de abertura de CPIs na Câmara ou no Senado.

Impeachment na pauta

O senador ressalta, porém, que as revelações da Polícia Federal sobre Toffoli aumentam as chances de apresentação, no Senado, de um pedido de impeachment do ministro do STF. Segundo ele, há, até agora, 20 assinaturas. Ele prevê que não será difícil obter mais 21 apoios, o que caracterizaria a concordância de mais da metade dos 81 senadores.

Jogo jogado

Para Portinho, a situação de Toffoli é complicada para o próprio STF, já que mancha os demais integrantes da corte. Ele ressalta que, revelar ser sócio da empresa que era dona do resort no interior do Paraná, o ministro admitiu convivência com a existência de um cassino no estabelecimento.

Na fogueira

Ao convocar uma reunião de ministros do STF para ontem e ao enviar o relatório da PF para a Procuradoria-Geral da República, o presidente da corte, Edson Fachin, mostrou que não blefou ao dizer que não iria cruzar os braços no caso. Como diria Lula, nunca antes a situação de um membro do STF foi tão delicada.

Bastidores

O Carnaval no Sambódromo promete ser tão quente nos bastidores quanto na pista. O caso Master vai desfilar pelos bastidores: Alcolumbre confirmou presença no camarote do governador do Estado do Rio, Cláudio Castro (PL). O fundo de previdência fluminense botou quase R\$ 1 bilhão no banco.

Olho na pista

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral de não tomar qualquer medida contra o desfile da Acadêmicos de Niterói, que homenageará Lula, deixou petistas com um carro alegórico atrás da orelha. Os ministros disseram que não é possível punir fato que ainda não ocorreu, mas deixaram claro que ficarão atentos ao que se passar por lá.

O 13 da discórdia

O problema todo é impedir, em meio a um desfile de escola de samba, que haja manifestações que possam ser classificadas como campanha eleitoral antecipada e ilegal. Não dá para garantir que não haverá pedidos explícitos para que, em outubro, o eleitor aperte o 13 (o número é citado no samba enredo).

Xandões da vez

Um detalhe tem sido ressaltado por aqueles integrantes do governo que preferem ver Lula e Janja, sua mulher, longe do Sambódromo. A partir de junho, o TSE será comandado por dois ministros indicados por Jair Bolsonaro: o presidente será Kassio Nunes Marques e o vice, André Mendonça.



Expectativa é que decisão sobre extradição não demore

Extradição de Carla Zambelli próxima

Corte de Apelação italiana finalizou fase de audiência

Por Gabriela Gallo

A Corte de Apelação de Roma, na Itália, deve divulgar a sentença para a extradição, ou não, da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) para o Brasil nos próximos dias. Na quinta-feira (12), a Corte italiana finalizou a fase de audiência do julgamento de extradição da ex-parlamentar brasileira. Ainda não foi divulgado o resultado oficial da Corte.

Foram dois dias de julgamento, que ocorreram a portas fechadas. Prestaram depoimento um representante da Advocacia-Geral da União (AGU) e um advogado de defesa da acusada. Ao receber a decisão da Corte, a defesa de Zambelli poderá recorrer para a Corte de Cassação, última instância da Justiça italiana, em até 15 dias. Apesar da análise do mérito ter sido concluída, a Corte pode solicitar mais documentos para embasar a decisão final.

Após a decisão da Corte de Cassação, a palavra final ficará a cargo do Ministério da Justiça italiano. Os advogados da ex-parlamentar devem reforçar a narrativa de que Zambelli não estará segura caso seja transferida para cumprir pena na Penitenciária da Colmeia, no Distrito Federal.

Antes do início oficial do julgamento, que fora adiado três vezes, a defesa da detenta brasileira entrou com um pedido que solicitava a troca dos juízes envolvidos no julgamento, alegando

que estes não tinham condições de garantir um julgamento imparcial. O pedido foi negado no dia 10 de fevereiro, pela 1ª Seção Penal da Corte de Apelação, sessão que foi majoritariamente feminina.

Condenações

Carla Zambelli está presa desde julho de 2025 na Penitenciária Feminina de Rebibbia, em Roma. Ela foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por dois processos judiciais contra ela, que somam quinze anos de prisão.

O primeiro se refere a ela ter sido a mandante da invasão do sistema interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela contratou os serviços do hacker Walter Delgatti Neto, conhecido como o “hacker de Araraquara” para invadir o sistema do CNJ e emitir um mandado de prisão falso contra o ministro só STF Alexandre de Moraes, que estaria assinado pelo próprio. Ambos foram condenados pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica, ela a dez anos de pena e Delgatti Neto a oito anos de detenção.

Após a condenação do STF, ela fugiu para a Itália. Inicialmente, Zambelli disse que tinha ido realizar tratamentos de saúde, mas depois confirmou que a intenção era se proteger da condenação vinda da Justiça brasileira, acreditando que a dupla cidadania italiana iria lhe dar garantias.